

PL da Dosimetria: o entulho autoritário e o canto da sereia



» RAFAEL DOS REIS AGUIAR
Coordenador de advocacy do Pacto pela Democracia e doutor em direito, Estado e Constituição pela UnB

razoável isoladamente. O problema aparece quando esse ajuste se conecta ao contexto político mais amplo: uma tentativa organizada de deslegitimar as instituições democráticas que culminou nos ataques de janeiro. Ao intervir nesse ponto, o Parlamento não está apenas discutindo técnica penal; está redefinindo o peso político e jurídico daqueles acontecimentos. E essa redefinição não é neutra.

Quando o sistema político passa a suavizar as consequências de atos que atentaram contra a ordem constitucional, abre-se espaço para uma normalização perigosa com danos colaterais bastante sensíveis, inclusive no que tange ao contexto eleitoral que vamos experimentar em 2026. Não se trata de negar garantias ou de defender punições arbitrárias. Trata-se de reconhecer que há momentos em que o direito precisa afirmar, com clareza, os limites do aceitável. Diluir essa resposta é também diluir esses limites.

É nesse ponto que a categoria “entulho autoritário” parece útil ao debate. O termo surgiu para dar conta das heranças institucionais da ditadura que resistiram à redemocratização. Nunca foram totalmente removidas. Permaneceram latentes, prontas para serem reativadas em contextos de crise. A atuação recente do Parlamento sugere exatamente isso: não uma ruptura aberta com a ordem democrática, mas a reativação de mecanismos que permitem acomodar o autoritarismo dentro dela. O direito e os seus procedimentos continuam sendo mobilizados de forma questionável. As votações ocorrem, mas o resultado é uma inflexão que fragiliza a própria democracia que as regras deveriam proteger.

Há uma metáfora clássica na teoria constitucional que ajuda a pensar esse cenário. Ulisses,

para atravessar o canto das sereias, manda que o amarrem ao mastro do navio. Ele sabe que, diante da tentação, não confiará em si mesmo. A amarra é um compromisso prévio, uma forma de garantir que não cederá ao impulso. As constituições cumprem essa função. São esse mastro coletivo: um conjunto de regras que o próprio povo aceita para evitar, no futuro, decisões movidas por paixões momentâneas ou por conveniências políticas de curto prazo.

O que se vê agora é um afrouxamento dessas amarras. O discurso da moderação, da pacificação ou do ajuste técnico pode funcionar como o canto das sereias: sedutor, aparentemente razoável, mas profundamente desestabilizador se seguido sem cautela. Ao reconfigurar a resposta aos atos de 8 de Janeiro, corre-se o risco de transformar um ataque à democracia em um episódio administrável, quase rotineiro.

A consequência mais grave não está apenas no presente, mas no precedente que se constrói. Se a reação institucional a uma tentativa de ruptura pode ser rebaixada por decisão política, o que impede que novos episódios sejam tratados da mesma forma? Nesse cenário, a sociedade civil volta a ter um papel que nunca deixou de ser seu: o de lembrar às instituições o sentido do compromisso democrático.

O objetivo não pode ser jamais substituir o Parlamento, mas de tensioná-lo quando essa casa bicentenária se afasta das bases que justificam, senão legitimam, a própria autoridade. O problema não é apenas o que o Congresso faz ao discutir a dosimetria. É o que essa discussão revela sobre a disposição de lidar com o autoritarismo quando ele não chega pela porta da frente, mas se instala, discretamente, pelos corredores da legalidade.

Tudo que você aprendeu no verão passado. Agora é outono!



» LUDMILLA AGUIAR
Professora do Instituto de Biociências e da pós-graduação em ecologia da UnB, especialista em morcegos

Vou te contar uma dessas histórias que parecem simples, mas que só entendemos depois de crescer. A noite nunca está vazia. Mesmo quando parece tudo quieto, tem movimento no céu. Aqui no Cerrado, tem morcegos voando toda noite. Indo e voltando. A gente não vê, não escuta, não pensa neles. Mas eles trabalham muito.

Morcego insetívoro passa a noite inteira comendo inseto. E não é pouco. Ao longo da noite, pode comer quase o dobro do próprio peso em insetos, vários deles pestes agrícolas e vetores de doenças. Sem ninguém mandar, sem ninguém pagar, sem você estar envolvido, os morcegos suprimem parte dessas populações noite após noite. E isso faz muita diferença.

Enquanto essa função natural está acontecendo, a pressão das pragas diminui, o produtor precisa usar menos agrotóxico. Menos veneno no campo, menos resíduo no alimento, menos impacto para quem planta e para quem come.

Agora pensa no contrário. E sem morcegos? Quando os morcegos desaparecem, há desequilíbrio. As pragas avançam. E o que entra no lugar é o agrotóxico. Mais veneno, mais exposição humana e de outros organismos, doenças e mais custos. Ainda assim, quase ninguém percebe que esse “serviço” de tirar praga estava sendo feito antes.

E isso já aconteceu. Um estudo de 2024 no periódico *Science* identificou a mortalidade de morcegos devido à síndrome do nariz branco, uma infecção fúngica que atinge esses animais. Eles foram quase dizimados, discretamente, como sempre. Alguns anos depois, foi necessário aumentar o uso de agrotóxicos em 31% e, logo, apareceram os efeitos na saúde humana: aumento de 8% na mortalidade infantil. Ninguém olhou para o céu e pensou nos morcegos. Mas eles atuaram na história.

Para evitar essa cegueira, surgiu há um tempo, não como moda, mas como estratégia para conservação da biodiversidade, um conceito que hoje aparece em todo lugar: serviços ecossistêmicos.

Por muito tempo, cientistas vêm dizendo que a natureza precisa ser conservada por seu valor próprio, por seu direito de existir. Isso é verdade, mas nunca freou a destruição. Então surgiu uma nova forma de explicar a mesma coisa. Mostrar que a natureza não é só bonita ou importante. Ela sustenta a nossa vida. Serviços ecossistêmicos são os benefícios que recebemos gratuitamente da natureza, sem a interferência humana.

Na ecologia, existem funções ecológicas, os processos naturais como um morcego comer inseto, uma abelha polinizar uma flor, um animal comer um fruto ou carregar no corpo sementes que serão deixadas pelo caminho e brotarão. Essas funções não existem para nos servir, existem porque a natureza está funcionando. Quando essas funções nos beneficiam, elas viram um serviço ecossistêmico.

O morcego não está “prestando um serviço”. Está fazendo o que sempre fez. Mas, se ao fazer isso ele reduz pragas, reduz o uso de veneno e melhora a qualidade do alimento, isso, para nós, é como um serviço gratuito. Estamos tão acostumados a pagar por tudo que tem valor que esquecemos que a natureza fornece coisas essenciais sem cobrar nada.

O solo que sustenta a produção, a vegetação que segura a água das enchentes, a dispersão de sementes que forma a vegetação, a polinização que produz os frutos que consumimos. Sem polinização e dispersão não existe paisagem natural.

Mas tem outra coisa que pouca gente fala. Nem tudo que envolve natureza é serviço ecossistêmico. Hoje, a gente mexe tanto no ambiente para produzir mais que parece que tudo é “serviço da natureza”. Mas não é bem assim.

Quando a gente usa insumos para forçar produção, podemos até usar partes da natureza. Mas isso não é a natureza trabalhando por nós. Somos nós explorando a natureza a serviço da produção a curto prazo.

Serviço ecossistêmico, como em sua origem, é aquele que emerge do funcionamento da natureza, sem que a gente redesenhe tudo. Por isso a importância desse conceito. Ele mostra que conservar a natureza não é só uma escolha bonita. É condição de sobrevivência.

Mas há o risco de que, quando tudo vira número, a gente esqueça que a natureza não vale só pelo que pode ser medido. Ela tem valor cultural, estético, emocional. Tem lugar no mundo onde os médicos recitam que as pessoas entrem na floresta para cuidar da saúde.

A gente vive cercado disso. Uma árvore que refresca a rua. Um pedaço de Cerrado que ajuda a água a entrar no solo. Um morcego que, sem ninguém notar, suprime insetos.

Talvez, o maior problema seja que só percebemos o serviço quando ele cessa. Quando a enchente vem, o calor aumenta, a comida muda, a saúde piora. Ou quando algo tão distante quanto a morte de crianças começa a aparecer nos números, e ninguém entende direito de onde vieram.

A natureza sempre esteve trabalhando. Será que vamos reconhecer isso a tempo de deixar a natureza trabalhar? Afinal, o que sustenta a nossa vida raramente faz barulho. E te digo isso não só como quem ouviu histórias, mas como quem pesquisa e vê isso acontecer todos os dias e todas as noites.

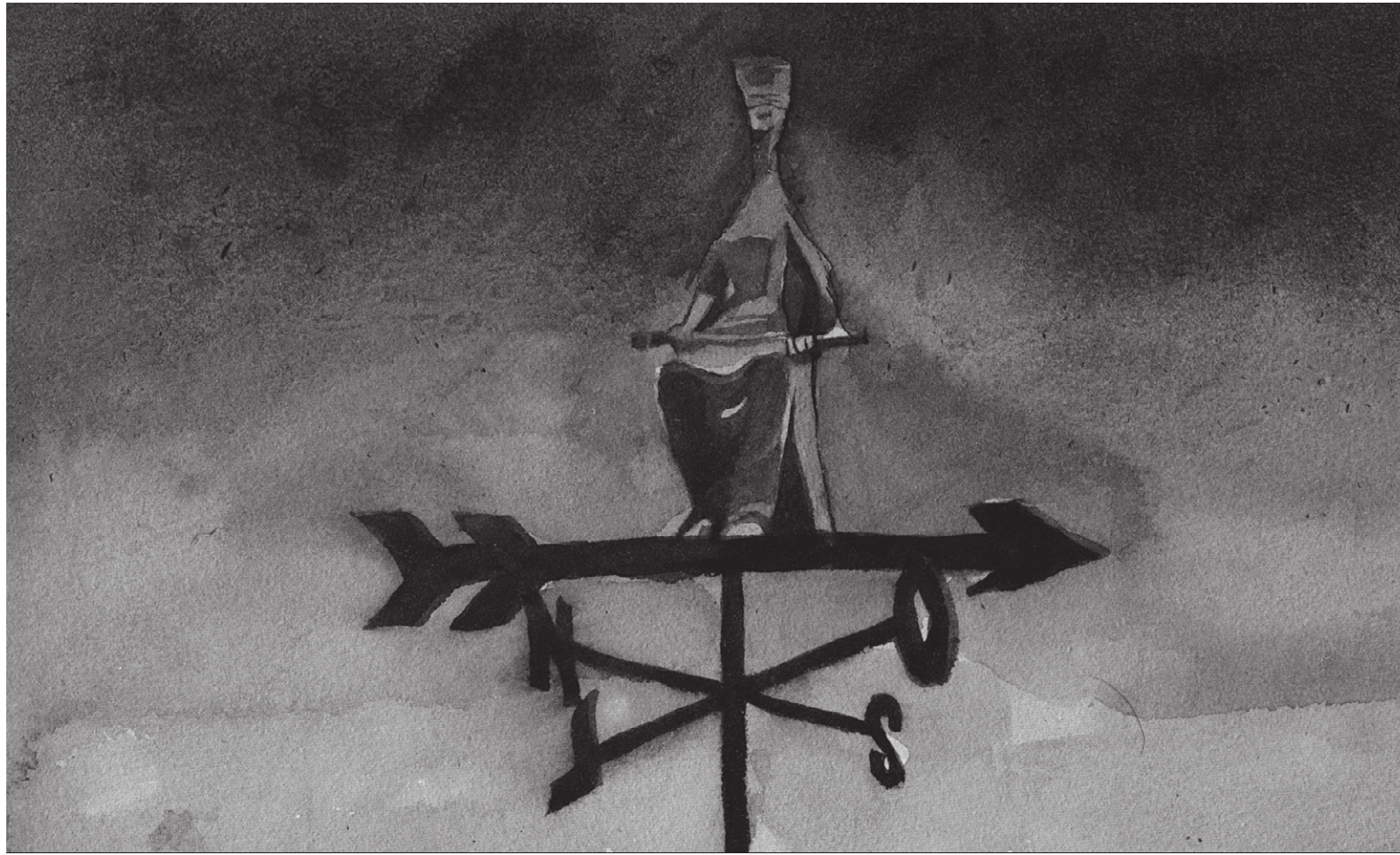
» LUCAS LOUBACK
Gerente de advocacy e campanhas no NOSSAS

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre, convocou para 30 de abril uma sessão conjunta do Congresso para analisar o veto integral do presidente Lula ao PL da Dosimetria. A controvérsia em torno da manutenção ou derubada do veto à dosimetria dos crimes do 8 de Janeiro tem sido apresentada como um debate técnico, quase neutro. Mas essa leitura não se sustenta. O que está em disputa é o próprio sentido da resposta institucional a uma tentativa de ruptura democrática.

Há um conceito útil para compreender o que está acontecendo: o de legalidade autoritária, desenvolvido por autoras como Katya Kozicki, Heloísa Câmara e Daniela Urtado. A ideia central é simples e incômoda: regimes autoritários, e suas continuidades, não operam apenas fora da lei, mas também por meio dela. O direito, nesse caso, deixa de ser limite ao poder e passa a ser instrumento de sua reorganização. A discussão sobre a dosimetria precisa ser lida nessa chave.

O argumento de que seria necessário calibrar melhor as penas pode soar para alguns

Kleber Sales/CB/DA.Press



Do Zolgensma à Lua: o salto que construímos — e o custo do atraso



» MARCELO QUEIROGA
Médico cardiologista e ex-ministro da Saúde

em doenças raras. Esse arcabouço não apenas organizou o processo decisório, como abriu caminho para soluções inovadoras.

Foi assim que se tornou possível o primeiro acordo de acesso gerenciado do SUS. O desenho original era tecnicamente robusto e alinhado às melhores práticas internacionais: cinco parcelas anuais de 20%, pagamento condicionado a desfechos clínicos, possibilidade de suspensão em caso de não obtenção dos resultados esperados e investimento no Programa Nacional de Triagem Neonatal. Em síntese: acesso com responsabilidade, inovação com sustentabilidade, ciência com gestão pública eficiente.

Infelizmente, a execução posterior não seguiu o mesmo padrão. Houve um atraso superior a 600 dias para efetivar o acordo. Em uma doença como a Atrofia Muscular Espinhal (AME), em que o tempo define o prognóstico, isso não é um detalhe administrativo — é um fator determinante de desfecho. Crianças perderam a janela ideal de tratamento, famílias recorreram à judicialização e o sistema foi submetido a decisões fragmentadas e ineficientes.

O prejuízo econômico é claro e mensurável. Nesse período, o Ministério da Saúde desembolsou cerca de R\$ 457 milhões em aquisições via decisões judiciais, sem planejamento, sem escala e sem o poder de negociação que um contrato estruturado proporciona. Ou seja, pagou mais caro e de forma desorganizada, abrindo mão da racionalidade que deve orientar o uso de recursos públicos escassos.

E, quando o acordo finalmente foi

implementado, veio com alterações relevantes em relação ao modelo originalmente concebido. O pagamento inicial foi elevado para 40%, o número de parcelas reduzido e o componente de investimento em triagem neonatal foi suprimido. Na prática, isso significa menor compartilhamento de risco e maior exposição financeira do SUS. O princípio do pagamento por desempenho — núcleo conceitual do modelo — foi enfraquecido. Atrasar e, posteriormente, flexibilizar o desenho contratual não é virtude — é custo evitável, tanto do ponto de vista clínico quanto fiscal.

A analogia com a exploração espacial ajuda a compreender o momento. O programa Apollo levou o homem à Lua após uma sequência rigorosa de testes e planejamento. Hoje, a missão Artemis prepara um novo pouso, mais ambicioso e sustentável. O SUS precisa fazer o mesmo: avançar para uma nova geração de políticas públicas baseadas em valor, com contratos ancorados em desfechos clínicos, equilíbrio na alocação de risco, fortalecimento da triagem neonatal, transparência e governança de dados.

É impossível obscurecer o que foi construído. Pode haver silêncio por conveniência ou omissão por receio de contrariar o governo de plantão. Mas os fatos são objetivos e permanecem.

O Brasil deu um salto importante. Agora, precisa decidir se continuará avançando com rigor e ambição — ou se aceitará soluções que entregam menos valor do que poderíamos. Se fomos capazes de chegar à Lua, também somos capazes de fazer do SUS um sistema à altura dos desafios do século 21.